

política

Manuela d'Ávila encerra ciclo no PCdoB após 23 anos

'Respeitamos, mas lastimamos tal decisão', diz sigla em nota oficial

/ PARTIDOS

A Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) divulgou nota neste domingo para comunicar a saída da ex-deputada federal gaúcha Manuela d'Ávila da sigla. "Respeitamos, mas lastimamos tal decisão", diz o comunicado sobre o desligamento.

A oficialização da saída de Manuela do PCdoB ocorre após ela se manifestar em um debate na internet promovido pelo Instituto Conhecimento Liberta (ICL) que está sem partido "por falta de opção, por falta de condições de qual caminho seguir".

A nota divulgada pelo partido destaca a trajetória da ex-deputada federal na legenda: "Manuela se formou no PCdoB e se integrou ao elenco das lideranças da esquerda e do campo progressista brasileiro. Alcançou esse destaque pela confluência entre suas capacidades, a força e o talento do coletivo militante e a política justa da legenda comunista". O texto prossegue afir-



Ex-deputada filiou-se ao PCdoB em 2001; hoje está sem partido

mando que as partes dialogaram antes da decisão de Manuela. "Convictos de que no PCdoB Manuela poderia desempenhar papéis relevantes para a reconstrução do País, nesse momento de grandes exigências da luta de classes no Brasil e no mundo, empreendemos com ela um diálogo persistente e respeitoso, no esforço para que o desfe-

cho fosse outro."

A sigla reforça que "segue em sua jornada por um Brasil democrático, soberano, desenvolvido. Para tal, empenha-se no fortalecimento da frente ampla, impulsionada pela esquerda, num processo de unidade e luta, tática indispensável ao êxito do governo Lula e para isolar e derrotar a extrema-direita".

Trajectoria política

Natural de Porto Alegre, Manuela Pinto Vieira d'Ávila tem 43 anos e é formada em Jornalismo pela Pucrs, universidade em que deu os primeiros passos na política pelo movimento estudantil. Filiou-se ao PCdoB em 2001 e, aos 23 anos, fez história ao ser eleita a vereadora mais jovem da Capital, em 2004, computando 9.498 votos. O sucesso de Manuela em campanhas a eleições proporcionais não acabou por aí: em 2006, elegeu-se a deputada federal mais votada do Brasil, com 271.939 votos. Após os resultados positivos em pleitos a cargos legislativos,

concorreu à prefeitura de Porto Alegre pela primeira vez em 2008, ficando em terceiro lugar e não indo ao segundo turno. Já em 2010, Manuela repetiu o feito das eleições gerais anteriores e, com quase meio milhão de votos, foi eleita novamente a deputada federal mais votada do Brasil. Em 2011, foi escolhida pela então presidente Dilma Rousseff (PT) para ser a vice-líder do governo no Congresso Nacional. Manuela voltou a concorrer à prefeitura de Porto Alegre em 2012, quando acabou derrotada para José Fortunati (à época no PDT).

Em 2014, abandonou a esfera legislativa federal e concorreu a deputada estadual do Rio Grande do Sul, elegendando-se para a Assembleia. Em 2018, Manuela foi candidata a vice-presidente do Brasil na chapa composta com Fernando Haddad (PT), que acabou derrotada pela chapa de Jair Bolsonaro (PL). Em 2020, concorreu pela terceira vez ao Executivo da capital gaúcha alcançando o segundo turno, em que foi derrotada pelo atual prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB). Nas eleições de 2022 e de 2024, Manuela não concorreu.

Julgamento pode levar Fernando Collor à prisão

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal julga um recurso da defesa do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello contra decisão da corte que o condenou pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O processo pode levá-lo à prisão.

A corte, em 2023, condenou Collor a 8 anos e 10 meses de reclusão por receber R\$ 20 milhões para viabilizar de modo irregular contratos da BR Distribuidora para a construção de bases de distribuição de combustíveis. A denúncia, apresentada

em 2015 pelo então procurador-geral Rodrigo Janot, é um desdobramento da Operação Lava Jato. A defesa de Collor sustenta que os ministros erraram ao definir a pena referente ao crime de corrupção passiva e pedem aplicação da pena menor. Ele hoje não ocupa cargo público.

TRE-RS fará seminário multissetorial para debater abstenção nas eleições

/ JUSTIÇA ELEITORAL

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Um seminário para debater os altos índices de abstenções nas eleições municipais de 2024 no Rio Grande do Sul será promovido a partir de 12 de março de 2025 pelo Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE-RS), conforme informou ontem o presidente da corte, desembargador Voltaire de Lima Moraes. O Estado foi o sexto do País com o maior percentual de ausências no primeiro turno, com 23,69%, e Porto Alegre a primeira entre as capitais, com 31,51%.

De acordo com o presidente, o objetivo é promover um evento "múltiplo", que envolva diversos setores da política regional. "Queremos que, inclusive, os partidos políticos participem. Queremos que os comunicadores, inclusive, da área de política também façam um painel a este respeito. Um outro painel com sociólogos, com juristas, com analistas políticos. Então ele vai ter um caráter bem amplo", afirmou o desembargador. O presidente ainda destacou: "já estamos pensando nas eleições de 2026".

Moraes ainda explicou que o

seminário terá como base um relatório a ser desenvolvido até março do próximo ano que analise e aponte as justificativas recolhidas nas zonas eleitorais e apresentadas pelos eleitores para ausência no pleito. Apesar de ainda aguardar este documento para uma avaliação mais assertiva sobre a abstenção, o presidente opinou: "Pode ser questão de falta de interesse nas eleições, e por que esta falta de interesse? Isso nós precisamos analisar".

A questão da abstenção não foi preocupante apenas para o RS, mas para o Brasil como um todo, que chegou a 29,26% a nível nacional no segundo turno das eleições municipais de 2024. Logo após os resultados, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, afirmou que a corte realizaria um estudo sobre os motivos das ausências, e que esta competência ficaria a cargo dos TREs.

A iniciativa do seminário, promovida pelo TRE-RS, porém, não tem relação com a manifestação da ministra. Conforme o desembargador Voltaire de Lima Moraes, a corte não recebeu nenhum comunicado oficial do TSE sobre este estudo. "Se vier, evidentemente que nós vamos atender e vamos dar a nossa contribuição."

THAYNÁ WEISSBACH/JC



'Precisamos analisar', afirma desembargador Moraes sobre ausências

Central de Atendimento ao Eleitor é reinaugurada após ser devastada

A Central de Atendimento ao Eleitor, localizada no Centro Histórico de Porto Alegre e amplamente devastada pela enchente de maio de 2024, foi reinaugurada ontem e retoma os serviços a partir das 10h de hoje. O espaço localizado na rua Sete de Setembro, 730, disponibiliza à população o cadastro biométrico, a revisão e retificação dos dados, a mudança de local de votação, as transferências de municípios, o primeiro título, as justificativas de ausências em eleições

e a quitação de multas.

De acordo com o presidente, os custos para reconstrução tanto da Central de Atendimento ao Eleitor quanto das zonas eleitorais atingidas foram de cerca de R\$ 6 milhões, oriundos de um aporte destinado à corte gaúcha pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Uma novidade no espaço foi a instalação de uma faixa em que marca os 66 centímetros que a água chegou ao longo do período mais crítico da tragédia climática.